

## Quem tem medo da política?

Sofia Gonçalves

Porque é que ensinar é político? Na lógica do abismo e das vertigens, qual é a importância de desafiar os estudantes a produzir em torno de temáticas mais complexas, densas e desafiantes? E no caso específico de alunos de design, que diferença faz?

“Política, não!”. Um preâmbulo.

**Palavras de ordem, discursos. Mais do que com ações, é comum dizer-se que a política se faz com palavras.**

Durante a greve nas minas de cobre de 1966, gerida pela oposição ao governo de Salvador Allende e pelo poder não declarado da CIA em território chileno, a frase “Política, não!” foi exclamada em uníssono pelos mineiros. Estas palavras marcam ainda o momento que o realizador Patricio Guzmán encontrou para assinalar a passagem entre os anos de governação de Allende e o Golpe de Estado de 11 de setembro de 1973, no filme *Batalha do Chile*. À luz do nosso conhecimento dos acontecimentos históricos, o que os mineiros pareciam dizer é: “Democracia, não!”. Não tardará a dar-se o golpe de estado que levará à ditadura de Pinochet.

Ainda as palavras. Diz-nos Berthold Brecht mais de uma década antes da greve dos mineiros: “O pior analfabeto é o analfabeto político”. Em “A política explicada aos idiotas”, Daniel Innerarity (2015) remete a génese da palavra “idiota” à Grécia clássica, como aquele que não participava nos assuntos públicos e preferia dedicar-se a interesses privados. E define três tipos de idiotas políticos: os que têm interesse em destruir a nossa crença na política (poderosos agentes económicos, certos meios de comunicação, mas também alguns políticos); os que têm uma atitude indiferente para com a política (a “pessoa que deseja que o deixem em paz e que não o obriguem a preocupar-se com a política” e que “acaba por ser o aliado inconsciente daqueles que consideram que a política é um obstáculo espinhoso para as suas sacrossantas intenções de não deixar nada nem ninguém em paz” (Crick apud Innerarity 2015)); e, por último, aqueles “que se interessam por política, mas que o fazem dentro de uma lógica que não é a de cidadãos responsáveis, mas, sobretudo, a de observadores externos ou clientes enfurecidos”, acabando “por destruir as condições que tornam possível o desenvolvimento de uma vida verdadeiramente política” (Innerarity 2015). Este último “idiota político”, aquele que uma ou outra vez fomos ou somos, cresceu exponencialmente entre os tempos de indignação que vivemos.

**“Abaixo a política! Antes a poesia que é coisa mais séria.”** Esta terceira rejeição à política pode ser lida no poema **“Amigos pensados: vate 65”** de Alexandre O’Neill, publicado em *Feira Cabisbaixa* (1965). A capa da 2ª edição (1979), desenhada por Espiga Pinto, é composta pelo título e contorno do mapa de Portugal na horizontal, em queda (ou ascensão, dependerá do otimismo ou pessimismo do leitor). O poema faz-nos enfrentar o maior dos desafios — entender a política como oposta à poesia. Se a isto adicionarmos a palavra **“design”**, o exercício cresce em dificuldade, exponencialmente. Cientes da ambição, foi este o desafio que lançámos aos alunos finalistas da licenciatura em Design de Comunicação, no ano letivo de 2015/16 — explorar as relações entre política, poesia (aqui entendida, como tradução sensível do mundo) e design. O poema **“Amigos pensados: vate 65”** serviu de preâmbulo ao programa da disciplina Design de Comunicação V.

O que fazer?

Das dimensões insondáveis às dimensões tangíveis da política. Se no poema de O’Neill encontramos o primeiro desafio, também é nele que encontramos a melhor resposta. Revemos a matéria dada e prosseguimos a leitura do poema: **“Abaixo a política! Antes a poesia que é coisa mais séria. Seria?”** O poeta não tem certezas absolutas. Seguimos-lhe os passos e partimos para a atividade projetual de DC V com a certeza de uma dúvida.

O estado das coisas, qualquer ação ou evento que revele displicência no presente e desinteresse no futuro, os fogos de verão, o défice ou a dívida pública, os mercados, a falta de visão ou de investimento na educação (que são praticamente a mesma coisa), a privatização ou o desmantelar do que é público, a crise dos refugiados, a tudo isto se segue a expressão: **“a culpa é dos políticos”**. Vivemos tempos de descrença em relação à política, de indignação passiva (que mais não é que a manifestação de uma superioridade crítica de quem nada faz ou propõe) ou cínica (porque conhecemos e fazemos parte do sistema que abominamos). A política é-nos indiferente, é irrelevante, é impotente (curiosamente, são hoje os políticos os primeiros a afirmar que não temos alternativa). Caracterizamos ou caricaturamos os políticos com um rol de lugares comuns e estereótipos, quase todos pouco abonatórios. Contudo, a confiança nos sistemas e nas instituições é um garante democrático — não é por acaso que desta descrença, nasce uma escalada das forças de extrema-direita, e se proferem declarações xenófobas, racistas ou misóginas por parte de figuras que se candidatam a cargos democráticos, ou de gestão do que é de todos. (Como gerir o que é de todos, se se defendem diferenças estruturais entre os cidadãos?)

Todos parecemos conhecer definições de “política”. Derivado do termo grego *politiká*, refere-se, por um lado, à ciência do governo das nações, por outro, à arte de regular as relações de um Estado com os outros Estados. Em sentido figurado (e é curioso que esta aceção é predominante nas discussões-de-senso-comum que contaminam o debate público), pode ainda ser a estratégia desenhada com fim a obter-se o que se deseja. Mais difícil parece ser debater as suas múltiplas dimensões e não resumir a política à atividade dos agentes políticos. Por outras palavras, traduzir as dimensões aparentemente incomensuráveis da política num sentido de participação coletiva e quotidiana, feita tanto por partidos, decretos e programas de governação como por ações cívicas.

Considerar a palavra “política” implica afirmar a existência do que é comum, a sua gestão e, claro, a sua partilha. E com isto considerarmos dois conceitos fundamentais — a democracia — como o regime que permite a partilha do comum e a participação do indivíduo nesse regime — e a cidadania — como o dever e o direito do cidadão na partilha do comum. A estas palavras acrescentem-se “Estado”, “Governo” e “Comunidade”, bem como considerar “o pessoal como espaço político” (abarcando genericamente as questões da igualdade, por exemplo, entre raças, géneros, condições e direitos do sujeito). Diz-nos Josep Ramoneda: “a política é o único poder ao alcance dos que não têm poder” (Innerarity 2015). Ou Rancière (2008): “(...) a questão política é antes demais a da capacidade de quaisquer corpos tomarem em mãos o seu destino.” Em suma, o espaço da política não é aquele que determina o poder de uns, mas o que constrói o poder de todos.

Como fazer?

Trazer a política ao design. Trazer o design à política.

Como fazer? Podemos traduzir a pergunta do seguinte modo: como evitar o *cliché* de um design político? Ou simplesmente, o que fazer com esta relação entre duas palavras: “design” e “política”?

Para já, partimos de um pressuposto: existem mais hipóteses que as que normalmente se encontram nas categorias latas de *social design* ou ativismo. Com as ferramentas e competências que dispõe, o designer não substitui a figura do político, do herói, nem tem que ser necessariamente (obrigatoriamente?) uma figura altruísta. Como um jornalista ou um antropólogo, o designer pode, simplesmente, observar uma realidade e definir estratégias de visibilidade, ao comunicar com eficiência uma mensagem de relevância social ou política num determinado espaço e num determinado tempo.

Atualmente, as relações entre design e política implicam considerar o papel do design numa sociedade neoliberal. Para Bonsiepe (2006) é fundamental centrar este debate na relação do design com a democracia (ou aquilo que se situa entre um

humanismo crítico e um humanismo operativo), na “questão da tecnologia e da industrialização como meios para democratizar o consumo” e, por fim, no “papel ambivalente da estética como domínio da liberdade e da manipulação”. O autor defende ainda que é na Universidade que se proporciona o tempo e o modo para a formulação de perguntas em aberto, reflexões inconclusivas, aquilo que “a prática profissional com as suas pressões e contingências não permite com a mesma amplitude”.

Para Rancière (2011), o design é o desenho da partilha do comum, “ao traçar linhas, ao dispor palavras ou ao repartir superfícies”. Ou seja, o design participa imediatamente na dimensão política a partir da sua superfície, que “não é simplesmente uma composição geométrica de linhas”, mas abarca dimensões sociais, culturais, históricas — a “partilha do sensível” (Rancière 2000). Esta perspetiva impõe-nos um desejável realismo face ao papel do design na sociedade. Deste modo, posicionámos a atividade de DC V entre dois polos tensionais: por um lado, a potencialidade do design em gerir a mudança e em devolver imagens críticas, por outro, os inevitáveis e necessários condicionamentos do seu campo de intervenção.

O que fizemos.

(Ou) Porque é que ensinar é, desde logo, político?

Ao longo dos últimos três anos seleccionámos e trabalhámos temas onde a experiência do professor não menospreza, inferioriza ou impede a participação do aluno. Partimos do princípio que ambos — docentes e alunos — partilham um mesmo lugar social: são cidadãos. E que os abismos que separam professor e aluno, ao nível da cidadania, podem nem sequer existir — quanto muito são moldados por circunstâncias geracionais. Em grosso modo, ambos partilham as circunstâncias do seu espaço e do seu tempo. Temas como a universidade (ano letivo 2013/14), a juventude (2014/15), a política (2015/16) são, portanto, os alibis para exercitarmos aquilo que Rancière (2007) defende como a emancipação intelectual ou a base de qualquer relação pedagógica — “a verificação da igualdade das inteligências”.

É de tomarem em mãos o seu destino enquanto designers que importa quando se desenham os programas para o último ano de uma licenciatura em Design de Comunicação. O programa de DC V, mais do que abordar um tema aparentemente inacessível, procurou simplesmente reconduzir a política à vida dos sujeitos. Esta ideia simples parece hoje a maior das radicalidades, particularmente quando, frequentemente, se reduz a participação do cidadão na política a uma escolha num boletim de voto.

O trabalho desenvolvido na disciplina oferece-se agora como um contributo para uma reflexão em torno do conceito “política”, através de uma leitura das suas múltiplas correntes,

aceções e caracterizações históricas, pelo debate dos nossos direitos e deveres. O Brexit, a destituição da presidente Dilma e a conseqüente crise política no Brasil, a eleição de Donald Trump como representante republicano nas eleições americanas, os Panamá Papers (que de notícia com efeitos bombásticos passa a apagão noticioso), a prisão dos 18 ativistas angolanos, o eterno desconforto do conflito entre Israel e Palestina, o ressurgimento de forças de extrema-direita e a eminência de tomada do poder, a guerra na Síria, o Daesh e o terrorismo, o burquini, foram alguns dos eventos a que assistimos durante o ano letivo de 2015/16.

Perante a evidência dos factos, lançámos, preliminarmente, algumas questões a debater. Quais os valores transmitidos por uma educação superior em design e como é que estes podem ser contributos à situação que vivemos? Que mudanças exigimos? Que lugares ocupamos ou que responsabilidades podemos assumir nesta gestão do pessoal e do coletivo — noutras palavras, do político?

Acima de tudo, pedimos aos nossos alunos um “trabalho poético de tradução” ou o que está no cerne de qualquer processo de aprendizagem: “(...) a arte de pôr as suas experiências em palavras e as suas palavras à prova, de traduzir as suas aventuras intelectuais para uso dos outros e de voltar a traduzir as traduções que os outros lhe apresentam das respetivas aventuras” (Rancière 2007).

A reação dos nossos alunos perante o tema do semestre ficou marcada por uma primeira atitude de negação: “porquê a política?”, “o que sei eu de política?” ou na pior das hipóteses “não gosto de política”, a “política assusta-me”, “não tenho nada a ver com política”. De facto, porquê esperar uma reação distinta dos nossos alunos? Esta descrença generalizada corresponde ao lugar-comum da nossa relação com a política. A primeira tarefa da sala de aula passou precisamente por questionar esta posição.

Um designer nunca pode ser um fatalista, quando tem em mãos uma cultura de projeto que mais não é que uma constante intervenção na realidade. Projetar é, por natureza, mudar, transformar. Com isto não queremos dizer que o design pode mudar o mundo. Simplesmente que o design pode ser tão político como aquilo que é verdadeiramente político — a observação ou análise do passado, o inconformismo perante uma prática ou situação no presente, o planeamento e gestão do futuro. Transposta a primeira crise, os alunos devolveram uma resposta entusiástica em torno do primeiro enunciado *“Chegou o momento de construir”: ensaio geral para discursos políticos* (v. pág. 24). Como reação à leitura de “Os jovens estão a desistir da política, e a política parece prescindir deles” (Paulo Pena, *Público*, 31.1.16), cada aluno devolveu as suas respostas às perguntas: Porque desistem os jovens da política? Porque desistiu a política dos jovens? E eu, desisti da política? A partir da sua própria experiência e posição pessoal, cada aluno partiu da retórica dos discursos políticos e expôs

a sua argumentação através de uma apresentação oral. Textos originais, performances, mimetizações ficcionadas de salas de aula, tomadas de posição que questionam a validade do sistema bipartidário ou da ideia de esquerda e direita, debates em torno do papel da escola na formação de uma consciência cívica e política, marcaram definitivamente o início do semestre, experiências valiosas e impossíveis de reencenar nas páginas desta publicação.

Em “*Não: 7. Sim: 1. Venceu o sim.*” *Do rizoma ao meme* (v. pág. 104) — o segundo enunciado —, cada aluno partiu de um tópico pré-definido em torno da ideia de política e devolveu o seu contributo num sistema relacional e numa imagem de síntese com potencialidade viral (vulgo *meme*).

“*Ver o que acontece dentro do seu país e para além da fronteira*” (v. pág. 154) — o último enunciado — abriu um espaço de reflexão crítica e conseqüente tomada de posição dos alunos face ao seu tempo. Motivados pelas suas próprias preocupações e aspirações, as respostas foram variadas: desde a desconstrução do medo e desmistificação da palavra “crise” (v. *O jogo da crise*, p. 156) à revelação da estranha familiaridade ou convivência de diferentes gerações com a ideia de crise (v. *Gerações das crises*, p. 174); da exploração das relações entre literatura e política (v. *Cápsula do Tempo*, p. 176) à construção de uma ferramenta que fomenta a descentralização territorial de oportunidades (v. *Descentraliza*, p. 166); da valorização da Universidade como espaço político (v. *Empty Set*, p. 184) ao retrato dos mecanismos de institucionalização da arte a partir da estruturas de ensino artísticas (v. *Qualquer Coisa*, p. 176); de um jogo que lembra a responsabilidade de cada um no sistema capitalista que avidamente criticamos (v. *Eles andem aí*, p. 168) ao questionar do “politicamente correto” dos políticos quando se dirigem aos jovens (v. *Carta Aberta*, p. 166); do projeto como catalisador de sinergias entre o centro e as periferias (v. *Fluxo*, p. 158) a um roteiro de percursos no centro histórico da cidade, mapeando o “novo tradicional” na cidade de Lisboa (v. *É uma casa portuguesa. De certeza?*, p. 174); da observação das rotundas como imagem “deprimente” da arte pública quando gerida pelas recorrentes estratégias das políticas autárquicas (v. *Circular é pouco*, p. 178) às narrativas esquecidas em torno de políticas de modernização das infraestruturas públicas (v. *À cota máxima*, p. 156).

Diz-nos Bonsiepe (2012) que “Provavelmente uma das diferenças mais fortes entre as posturas profissionais no design consiste na decisão de dar primazia ao mercado ou à sociedade”. Se podemos ter a ousadia de afirmar que existe uma cultura de ensino do design em belas-artes, esta prima por evidenciar as relações do design com a sociedade, acreditando que a relação com o mercado se faz e fará, naturalmente. Ensinar é um gesto político, quando se entende política como a gestão de um futuro

*Amigos pensados: Vate 65*

**Crocodiletante  
lacricrimejante  
ou vociferante  
ao cri-cri da crítica.**

**Abaixo a política!**

**Antes a poesia,  
que é coisa mais séria.**

**Seria?**

comum. Isto quer dizer que, independentemente de um carácter mais formativo (as competências e os saberes que se transmitem) subjaz uma discussão eminente, omnipresente e latente sobre o que é uma determinada disciplina e o que queremos que ela seja no futuro, pela mão dos nossos alunos. Ensinar é político, na exata medida em que implica pensar como se transformam os enunciados em eventos e como dos eventos podemos construir um percurso individual (o do aluno, futuro designer) e coletivo (a procura permanente pela (re)definição de uma prática).

BONSIEPE, Gui (2006). "Design and democracy" in *Design Issues*, vol. 22, no 2, disponível em <http://www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/desi.2006.22.2.27>

\_\_\_\_\_ (2012). "Design e crise". disponível em [http://www.guibonsiepe.com/textos/archivos/2012\\_03\\_Design-e-Crise\\_AGITPROP.pdf](http://www.guibonsiepe.com/textos/archivos/2012_03_Design-e-Crise_AGITPROP.pdf)

INNERARITY, Daniel (2015). *A política em tempos de indignação*. Lisboa: D. Quixote

O'NEILL, Alexandre (1965). "Amigos pensados: vate 65". *Feira Cabisbaixa*. Lisboa: ed. Sá da Costa, 1979

PENA, Paulo (2016). "Os jovens estão a desistir da política, e a política parece prescindir deles". *Público* (31.1.16), disponível em: <https://www.publico.pt/politica/noticia/os-jovens-estao-a-desistir-da-politica-e-a-politica-parece-prescindir-deles-1721887?page=-1>

RANCIÈRE, Jacques (2000). *Estética e política. A partilha do sensível*. Porto: Dafne, 2010.

\_\_\_\_\_ (2007). *O Mestre Ignorante. Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Ramada: edições Pedagogo, 2010.

\_\_\_\_\_ (2008). "Os paradoxos da política". *O Espectador Emancipado*. Lisboa: Orfeu Negro, 2010.

\_\_\_\_\_ (2011). "A superfície do design". *O Destino das Imagens*. Lisboa: Orfeu Negro